

A “Cidade como Direito”:

Um relato sobre o GT Políticas Públicas Urbanas do XII Simpurb (UFMG, 2011)

[E um convite para o XIII SIMPURB – UERJ, 2013]

Leandro Dias de Oliveira¹

Doutor em Geografia pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Professor do Departamento de Geociências da UFRRJ –

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, *Campus Seropédica*

E-mail: leandrodias@ufrj.br

À Arlete, mestra em conciliar teoria e empiria, trabalho intelectual e luta política

A proposta do Grupo de Trabalho “Políticas Públicas Urbanas” do XII Simpurb (Simpósio Nacional de Geografia Urbana), intitulado “*Ciência e Utopia: Por uma geografia do possível*”, e realizado em Belo Horizonte entre os dias 16 a 19 de novembro de 2011, era propiciar um diálogo que congregasse: [1] um arcabouço teórico da “teoria crítica urbana”; [2] a reflexão sobre a “crise urbana”, uma face, vertente ou mesmo simulacro da crise atual do capitalismo. Tais propostas compunham um objetivo ambicioso, porém necessário: avançar na compreensão das contradições do Brasil contemporâneo no que se refere à problemática urbana. Este GT tratava-se, assim, de um importante desdobramento das pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Problemática Urbana e Ambiental”, inscrito no CNPq e liderado por Arlete Moysés Rodrigues, professora livre-docente da UNICAMP, e Leandro Dias de Oliveira, professor da UFRRJ e orientando de Doutorado em Geografia da Prof.^a Arlete, e com a participação de pesquisadores vinculados à temática que agora se dispunham a pensar coletivamente seus desafios mais prementes e inexoráveis.

Para se atingir tais intentos, era fundamental analisar: [1] o papel do Estado (neoliberal) na constituição do urbano; [2] a questão do *planejamento*, seja urbano, participativo ou estatal; [3] o anátema da propriedade urbana, impeditiva de políticas públicas mais fecundas; [4] as atuais políticas governamentais para habitação, mobilidade urbana, regularização fundiária e saneamento ambiental; [5] a ação dos

¹ Todas as análises e opiniões aqui emitidas são de exclusiva responsabilidade do autor do artigo. Agradeço a Renata, Ana Luiza, Rodrigo, Leda e Desirée que tornaram a tarefa da coordenação do GT um exercício intelectual coletivo, garantindo a proficuidade das propostas aqui apresentadas.

movimentos populares urbanos, suas lutas e demandas; e por fim, [6] as políticas públicas nos mega-eventos, particularmente quando se aproxima da data de realização dos Jogos Olímpicos Mundiais no Rio de Janeiro (2014) e da Copa do Mundo em diferentes cidades-sedes no Brasil (2016).

Assim, no desenrolar da GT durante os três dias de realização do SIMPURB, tais temas foram desdobrados, analisados e debatidos. No primeiro dia, Fabiana Valdoski, doutoranda da USP, analisou as contradições do processo de regularização fundiária, indicando que tais contradições aparentes são na verdade pré-condições do próprio modo de produção capitalista. Para Fabiana, a gestão da cidade tem sido realizada de maneira equivocada, comprometendo as demandas dos movimentos populares e causando diferenciações nas próprias favelas, entre os que possuem título de propriedade e aqueles que não conquistaram o direito de participar na cidade entendida como “legal”. Por sua vez, a professora do IF-Farroupilha (*Campus Santa Rosa*) e mestra em geografia pela UFRGS Lenize Rodrigues Ferreira também tratou da questão da moradia, ao pensar a atuação do Estado em Santa Vitória do Palmar (RS), um município de apenas 30.000 habitantes e 11º com maior desigualdade do Brasil (1.º do estado do Rio Grande do Sul). Para Lenize, nesta cidade a habitação é a forma mais visível das diferenciações de classe no espaço, e destarte, a segregação social está cristalizada no espaço urbano, incrementada pelas políticas habitacionais governamentais com empreendimento de casas com 34 m² para as classes mais pobres.

Se Lenize analisa uma cidade [segundo suas próprias palavras] “pequena” (o que avaliza o pressuposto de que não é a magnitude de uma cidade a razão de suas mazelas), Danilo Marcondes de Alcântara, mestrando em Geografia da UNESP / Presidente Prudente, trata de uma cidade de maior porte – Londrina / PR, com mais de 500.000 habitantes –, e de como o capital imobiliário (e os agentes incorporadores) consegue “prever” as alterações no espaço urbano. Analisando a formação de um “banco de terras”, Danilo aponta a progressividade do crescimento urbano para terrenos sem ocupação, com o intento de taxar o uso da terra somente como renda. Já Nola Gamalho, doutoranda em Geografia pela UFRGS, trata do nascimento de uma “nova” Porto Alegre, com a remoção das “vilas de malocas” na década de 60, entendidas como espaços malditos da cidade e como ameaças à ordem urbana – uma *patologia urbana!* –, e re-inserção destas comunidades em Vila Mapa e Vila Restinga, a 26 km de Porto Alegre. São todos trabalhos que mostram a tensão entre “controle” e “liberdade”, “legal e ilegal” (por que e para quem?), além de problemas que afligem – em cidades com

áreas, tamanho de população e matrizes econômicas diferentes – as populações mais pobres.

A doutora em geografia pela UFMG e professora da UFSJ / MG, Daniela Abritta Cota, apresentou parte de sua tese de doutoramento buscando em sua exposição contribuir para o debate sobre os instrumentos de planejamento contidos no estatuto da cidade. Daniela propôs um tensionamento teórico: “Direito à Cidade” x “Cidade – Mercadoria”, e ainda apresentou uma provocação: há uma conciliação entre o “Direito à Cidade” e a “Cidade – Mercadoria” forjada na comunicação entre o neoliberalismo e o “processo democratizante”, onde o intento é um planejamento estratégico para ação do mercado ocultada através de operações urbanas compensatórias. Por sua vez, o professor da UNIOESTE de Francisco Beltrão / PR e doutorando da UFSC, Ricardo Carvalho Leme, refletiu sobre os avanços do programa “Minha Casa, Minha Vida” [MCMV], que ainda que beneficie o capital mobiliário tem trazido melhorias para a questão da moradia urbana. Ricardo assevera que o Ministério das Cidades, criado em 2003, é um “divisor de águas”, assim como o Estatuto da Cidade e o papel da Caixa Econômica Federal no financiamento habitacional no Governo Lula. Tais trabalhos despertaram questionamentos: o que é verdadeiramente “direito à cidade”? É possível conciliar através de PPP’s as lógicas de direito à cidade e cidade-mercadoria? E quem ganha como o MCMV? São debates fundamentais que acabaram por apontar o processo ideológico contido na absorção de demandas populares nos projetos neoliberais e criaram questões para os dias seguintes do GT.

No segundo dia, 17 de novembro, o primeiro trabalho foi apresentado por Leandro Dias de Oliveira, professor da UFRRJ (*Campus Seropédica*) e doutorando em geografia pela UNICAMP, lembrando um mega (?) - evento realizado há praticamente duas décadas: a Rio-92 (ou Eco-92), onde 178 delegações estiveram presentes na cidade do Rio de Janeiro para discutir o gerenciamento dos estoques de natureza do século que se anunciava. O gigantesco sistema de microfonia e tradução simultânea, a filmagem e transmissão de dados, a preparação da cidade (a inauguração da Linha Vermelha, p. ex., integrando o Aeroporto Galeão à Zona Sul carioca) e os tanques de guerra apontados para as favelas – garantindo a paz através de uma verdadeira operação de guerra – inseriram o Rio de Janeiro em um circuito internacional de mega-eventos, como os Jogos Panamericanos de 2007, analisados pelo Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas, do Departamento de Geografia Humana (e do Programa de Pós-Graduação em Geografia) da UERJ. Gilmar mostrou em sua comunicação informações contundentes, que vão

desde o abandono de construções executadas para a realização de tais jogos como o processo de militarização do Rio de Janeiro. É possível detectar a insatisfação da opinião pública, que olha cada vez mais receosa para jogos desta natureza. Está em curso uma geopolítica dos mega-eventos, onde a FIFA (Federação Internacional de Futebol) e o COI (Comitê Olímpico Internacional) alocam territórios autônomos incrustados nas cidades-sedes e garantem uma violenta estratégia de consecução de lucros.

Inseridos nesta mesma geopolítica, Vânia da Silva, com mestrado em geografia pela UFMT e Professora do Centro de Formação dos Profissionais da Educação – CEFAPRO / Cuiabá, tratou da preparação de Cuiabá para ser sede da Copa do Mundo 2016, que envolve a transformação do Estádio “Verdão” em Arena Pantanal e o reequipamento do Aeroporto Marechal Rondon, com investimento do estado de Mato Grosso e consequente direcionamento de recursos somente para a capital. Trata-se, segundo Vânia, da preparação de uma festa na qual a população local não participa! Já Marcello Allgayer, que apresentou seu projeto de mestrado para a UFPE (em fase de análise), apontou potencialidades e críticas do projeto de sede da copa em Pernambuco. A sede neste estado estará situada na cidade de São Lourenço da Mata – e não na capital, Recife, nem mesmo na tradicional Olinda – onde será erguida uma “Cidade da Copa”, com projeção para 40.000 habitantes. Isto implica na constituição do Terminal Rodoviário “Cosme e Damião” (mesmo nome da comunidade que está sendo realocada) e na maior integração da Região Metropolitana. O debate permitiu observar o tamanho desta questão: na suposta efemeridade dos mega-eventos, há toda uma dinâmica urbana, política, social e ambiental. Há também nos interstícios dos sentimentos populares de satisfação de receber um evento deste porte uma estratégia de aproveitamento máximo dos lucros potenciais de eventos desta natureza. Por fim, fica patente que se perde a oportunidade de se repensar a cidade: ao invés de se discutir os pleitos dos movimentos sociais, por exemplo, se aprofunda o processo de segregação, com investimentos em um pequeno perímetro da cidade, com construções sobrevalorizadas – quando não superfaturadas – e desnecessárias, e com a implementação de redes de transportes que integram estádios, mas não pessoas.

Pensar a cidade é pensar acima de tudo a integração de seus habitantes. Assim, tanto a doutoranda em ciências sociais pela UNICAMP, Renata Florentino, quanto Ana Luiza Moraes Patrão, doutoranda em sociologia pela mesma universidade – ambas pertencentes ao Grupo de Pesquisa Problemática Urbana e Ambiental –,

trataram, sob diferentes enfoques, a questão da mobilidade espacial. Renata refletiu sobre os mega-projetos (inclui-se aí os mega-eventos), através da análise dos valores orçamentários e das tensões entre Estado e mercado no que envolve as políticas de mobilidade. Se o mercado trata de “eficiência”, “liberdade de escolha” e “criatividade”, o Estado trata (ou deveria tratar) de “justiça”, “democratização” e “tratamento equânime” no que se refere às redes de transportes. Há desta maneira uma tensão entre os modelos de cidade! Em outra perspectiva analítica, Ana Luiza apontou que, acima de tudo, a cidade capitalista tem como modelo o transporte no tempo não-humano, ou melhor, no “*tempo da máquina*”. Com transportes automotivos, veículos leves em trilhos e corredores e trens subterrâneos, a cidade contemporânea não mais permite a sua própria “*experienciação*”. Caminhar – uma condição humana, um ponto nevrálgico da urbanidade – se tornou um objeto de resistência – tomando como exemplos *hippies*, *bossiaks*, *squatters*, *beatniks*, *flaneurs*, *clouchards* –, uma vez que se observa a cidade atual como algo hostil, a ser rapidamente ultrapassada e esquecida. Em uma ordem onde existe uma verdadeira “*ideologia do medo*” nos espaços públicos, caminhar também é um ato revolucionário no direito à cidade!

Já no dia 18 de novembro, Guilherme Pereira de Vargas, mestrando em geografia da UFMG, realizou uma reflexão interpretativo-teórica sobre os atores e seus métodos na produção do espaço urbano enquanto mercadoria. Trabalhando com Henri Lefebvre e Jean Lojikne, Guilherme tratou da questão do mercado imobiliário – um processo de monopolização de classe – e do papel do Estado na renda fundiária urbana, indicando que a renda da terra é uma fração da mais-valia. A seguir, Desirée Guichard Freire, professora da UERJ-FFP (*Campus São Gonçalo*) e doutoranda em geografia pela UNICAMP, apresentou uma análise sobre as Conferências das Cidades. Associando prática militante com pesquisa bibliográfica, Desirée proporcionou algumas inquietações: seriam tais conferências possibilidades de restabelecimento de ágoras contemporâneas? Haveria nestas experiências compartilhamentos de poder? Desta forma, as conferências das cidades permitiriam realizar um resgate da *pólis*, da política? Decerto, o estudo destas conferências permite à ciência geográfica o preenchimento de uma lacuna: o debate sobre a democracia participativa, neste caso, com o entendimento das implicações no território deste mecanismo de gestão e exercício de poder nas cidades.

Leda Velloso Buonfiglio e Rodrigo Dantas Bastos, alunos da pós-graduação (doutorado em geografia e mestrado em sociologia, respectivamente) da UNICAMP – e,

assim como Desirée, integrantes do Grupo de Pesquisa Problemática Urbana e Ambiental – analisaram as políticas brasileiras de habitação popular. Há uma tensão visceral nas políticas habitacionais capitalistas: o atendimento às necessidades de moradia em contraposição à financeirização imobiliária / habitacional. Leda e Rodrigo instigaram o debate, ao apontarem a coincidência (?) entre a crise imobiliária norte-americana e a intensificação da financeirização imobiliária no Brasil, com intensa participação do capital estrangeiro no atual “boom” imobiliário. Além da potente ação do capital estrangeiro, os mecanismos de democratização, como conselhos municipais, e o casamento de diferentes planos – ambientais, sociais, habitacionais – burocratizam, quando não inviabilizam, as ações de maior impacto social.

Por sua vez, o Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira, do Departamento de Geociências da UFMA, analisou a calamitosa situação maranhense: estado marcado pela hegemonia da família Sarney, sua população convive há meio século com indicadores sociais contundentemente negativos, situando o Maranhão como o estado com o maior déficit social do Brasil. Antônio demonstrou, através de dados estatísticos detalhados, que o crescimento econômico de algumas cidades não foi acompanhado de maior distribuição de renda e tampouco melhorias sociais. Antônio chegou a apontar que alguns analistas afirmam que se não fosse o Porto do Itaqui, São Luís não teria força econômica para se manter como capital do Maranhão, mediante o crescimento de cidades como Imperatriz, Timon, Codó, Açailândia, entre outras. Entretanto, é importante ressaltar que tais dados tão evidentes de um ordenamento territorial hegemônico são acompanhados por um discurso político desenvolvimentista, iniciado desde o governo de José Sarney entre 1966-1970. Durante o debate, entre outras contribuições, os professores Floriano José Godinho de Oliveira, da UERJ-FFP, e Rafael Alves Orsi, da UNESP (Departamento de Antropologia Política e Filosofia, *Campus Araraquara*), apresentaram importantes questões: pensar o processo de metropolização; discutir as reais intenções do “Programa Minha Casa, Minha Vida”; refletir sobre as Conferências das Cidades (“*ágoras*” ou “*um discurso legitimador de ações dominantes*”?) e sobre a renda da terra urbana.

Após as comunicações orais, uma sessão de pôsteres se mostrou oportuna: Luiz Antonio Chaves de Farias (UFRJ) tratou das políticas públicas de habitação no Rio de Janeiro; Virginia Geralda Cunha e Vinicius Sales Lopes (ambos UFV) analisaram o Plano Diretor da cidade de Viçosa / MG; também estudando Viçosa, Médelin Lourena da Silva (geógrafa formada pela UFV) interpretou o processo de segregação sócio-

espacial e periferização; Aletícia Alves Meira (UESB) investigou a precarização das periferias em Vitória da Conquista / BA; por fim, Nathan Ferreira da Silva (UFRJ) mostrou uma inquirição sobre as remoções para a constituição da Transcarioca, um dos eixos viários para a realização dos mega-eventos na cidade do Rio de Janeiro. Todos os trabalhos em forma de pôster proporcionaram leituras instigantes, e permitiram dialogar com os expositores possibilidades de aprofundamento em suas pesquisas.

Este Grupo de Trabalho atingiu amplamente seu objetivo. Se em sua gênese a intenção dos proponentes era oferecer subsídios para um debate crítico da realidade urbana brasileira, é possível apontar que o GT extrapolou o seu escopo inicial: emergiu nos trabalhos apresentados e nos debates realizados subsequentemente uma agenda de pesquisa que permite uma leitura de questões prementes para o debate da Geografia Urbana nacional. Um pequeno relato foi apresentado ao final do GT pelo coordenador (e autor deste artigo) com a aceitação plena dos presentes, e nesta exposição oral ficaram evidentes três questões fundamentais desta agenda:

1. A **Questão da Habitação**, que envolve a regulamentação da moradia e fundiária; a remoção de favelas / malocas / comunidades carentes; os processos de incorporação imobiliária; as PPPs [Parcerias Público-Privadas] e o falseamento dos direitos humanos; a emergência de um novo desenvolvimentismo atrelado ao “boom” imobiliário; os problemas / limites / potencialidades do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que tem modificado a paisagem urbana das cidades brasileiras;
2. A **Questão dos Mega-Eventos / Mega-Projetos**, que inclui a análise dos “territórios da copa”, o olimpismo urbano; a exclusão / militarização / segregação no espaço geográfico por tais eventos; as parcerias (ou relações incestuosas) entre Estado e capital nos projetos urbanos; a questão dos transportes públicos, no que se refere aos “mitos” e “realidades” de uma mobilidade urbana indiferente aos aspectos sociais;
3. A **“Cidade como Direito”**, na utopia *“por uma geografia do possível”* – conforme epíteto do SIMPURB 2011 – de se pensar em ciência militante e capaz de atuar criticamente no entendimento da realidade urbana. Assim, há que se pensar na **mobilidade espacial como direito**, do “caminhar” (vivenciar a

cidade) à discussão do transporte público; na **moradia como direito**, onde a propriedade, o processo de financeirização e o capital [enquanto sujeito] não se sobreponham ao atendimento das necessidades de habitação; por fim, o **fortalecimento da mobilização dos movimentos sociais**, em canais que percorrem as “conferências das cidades” e outras esferas políticas, permitindo na construção das utopias contemporâneas a implementação de uma possível geografia que envolva a transformação sócio-espacial.

* * *

Na plenária final do XII Simpurb – “*Ciência e Utopia: Por uma geografia do possível*” (Belo Horizonte, UFMG, 2011) ficou evidente que o sucesso deste GT esteve atrelado ao próprio sucesso do simpósio, que contou com mesas, debates e reflexões tão ricas e instigantes que permitiram aos seus participantes checar suas teorias, práticas e proposições. Ficou fácil detectar que a riqueza das contribuições não foi exclusividade deste Grupo de Trabalho, pois os outros GTs realizados também se mostraram deveras profícuos em seus propósitos.

Na mesma plenária, ficou decidido que a cidade do Rio de Janeiro sediará o próximo evento – especificamente, será realizado na UERJ –, com a organização geral de Desirée Guichard Freire (UERJ-FFP), Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ-FFP / PPFH), Gilmar Mascarenhas (UERJ) e Leandro Dias de Oliveira (UFRRJ), todos participantes deste Grupo de Trabalho “Políticas Públicas Urbanas”. Na defesa da candidatura, foi relatado, entre outros argumentos, que a cidade do Rio de Janeiro é um importante laboratório das questões aqui levantadas: palco de violentas remoções de favelas conjugadas com a instalação de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) nas comunidades; exemplo consistente do “boom” imobiliário, com inúmeras construções que envolvem desde o “Minha Casa, Minha Vida” até os novos condomínios super-luxuosos das áreas de expansão urbana, além do solapamento dos preços dos imóveis na cidade e em toda região metropolitana; sede das Olimpíadas em 2014 e de sete jogos da Copa do Mundo de 2016, envolvendo a final do certame, representando a expressão nacional máxima desta “geopolítica dos mega-eventos”; por conseguinte, lugar de profundas reformas urbanas, com implantação de corredores viários, vias rápidas de interligação entre ginásios e demais estruturas esportivas; e, em conjunto com tudo isso,

uma cidade em ebulição de movimentos sociais questionando este ordenamento hegemônico tão caro e tão distante das contundentes necessidades de seus habitantes.

Se o Simpurb 2011 – Belo Horizonte deixou saudades, o Simpurb 2013 – Rio de Janeiro promete. Estão todos convidados. Até 2013!

REFERÊNCIAS:

Comunicações Orais:

In: Anais do XII Simpurb (Simpósio Nacional de Geografia Urbana). “Ciência e Utopia: Por uma geografia do possível”. GT 2: Políticas Públicas Urbanas. Belo Horizonte, UFMG, 16 a 19 de novembro de 2011. [CD-ROM]

ALCÂNTARA, Danilo Marcondes de. **A questão da terra urbana e a ação do Estado no Brasil: o caso de Londrina.**

BUONFIGLIO, Leda V.; BASTOS, Rodrigo D. **O lugar das políticas de habitação popular nas cidades brasileiras.**

CAVALCANTI, Marcelo Allgayer de Holanda; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Grandes eventos e produção do espaço: Uma análise de São Lourenço da Mata/PE como sede da Copa do Mundo de 2014.**

COTA, Daniela Abritta **A Parceria Público-Privada na Política Urbana Brasileira do Século 21: Entre a Cidade-Mercadoria e o Direito à Cidade.**

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **A questão urbana maranhense: problemas de um discurso desenvolvimentista que não prioriza a gestão e o ordenamento territorial.**

FERREIRA, Lenize Rodrigues. **Considerações sobre a questão da moradia e a atuação do Estado.**

FLORENTINO, Renata. **Como transformar o direito à mobilidade em indicadores de políticas públicas? Uma contribuição.**

FREIRE, Desirée Guichard. **Reflexões sobre a dimensão política da cidade diante das Conferências das Cidades.**

GAMALHO, Nola; HEIDRICH, Álvaro Luiz. **As Remoções das Vilas de Malocas de Porto Alegre e suas Representações: De quem é o Direito à Cidade?**

LEME, Ricardo Carvalho. **Política Nacional de Habitação e o Mercado Imobiliário Brasileiro.**

MASCARENHAS, Gilmar. **Recordes indesejáveis da cidade olímpica.**

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A “Rio-92” como Mega-Evento: Entre a tensão e a celebração, a ideologia e a utopia.**

PATRÃO, Ana Luiza Moraes. **Pelo Direito de Caminhar nas Cidades?**

SILVA, Vânia da. **Cuiabá – MT e a Copa 2014: Do sonho à realidade.**

VALDOSKI, Fabiana. **Apontamentos para um debate sobre a política de regularização fundiária de áreas públicas na metrópole de São Paulo.**

VARGAS, Guilherme Pereira de. **O Conceito de renda da terra e sua aplicabilidade nas análises sobre a atuação do Estado na produção do espaço urbano.**

Pôsteres:

In: Anais do XII Simpurb (Simpósio Nacional de Geografia Urbana). “Ciência e Utopia: Por uma geografia do possível”. GT 2: Políticas Públicas Urbanas. Belo Horizonte, UFMG, 16 a 19 de novembro de 2011. [CD-ROM]

CUNHA, Virginia Geralda; LOPES, Vinicius Sales. **Plano Diretor de Viçosa (MG): Histórico e Análise.**

FARIAS, Luiz Antônio Chaves de. **Políticas Públicas de Habitação na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Análise Espacial Face às Demandas Habitacionais Intra-urbanas em 2000.**

MEIRA, Aletícia Alves. **Produção do espaço urbano em cidades médias: Políticas públicas, periferias precarizadas e a realidade de Vitória da Conquista – BA.**

SILVA, Médelin Lourena. **Segregação Sócio-Espacial e Periferia Urbana.**

SILVA, Nathan Ferreira da. **Via de Mão Dupla: A Transcarioca e as Remoções em Trânsito.**